

EDUCAÇÃO E SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE SANTA CRUZ DO SUL - RS: ENTENDIMENTOS DE PROFESSORES E GESTORES SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

DRESCHER, C.¹; SOUZA, I.²; SCHUCK, F.W.³; WEBER, G.M.F.⁴; RODRIGUES, K.M.⁵; ABED, S.⁶; TOMAZ, M.A.⁷; MARTINI, P.L.⁸; CIMA, A.⁹; DARSIE, C.¹⁰.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Saúde; Sistema Único de Saúde; Educação Básica

RESUMO

Educação em Saúde consiste na construção de conhecimentos, em que profissionais da saúde, gestores e população trocam informações a fim de promover a saúde. Para tal, é necessário um conjunto de práticas pedagógicas que possam desenvolver a autonomia dos sujeitos no que se refere ao autocuidado e à melhoria da qualidade de vida. Apesar disso, muito se desconhece acerca das formas de acesso e serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, conhecimentos que também poderiam ser trabalhados na perspectiva da Educação em Saúde. Nesse sentido, a Educação Básica mostra-se essencial na formação plena dos cidadãos, uma vez que potencializa a construção da visão crítica e reflexiva. Por isso, por meio de pesquisa quanti-qualitativa e descritiva, utilizando questionário eletrônico do *Google Forms*, questionou-se aos gestores e professores da educação básica de escolas do município de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, sobre seus entendimentos acerca do funcionamento e abrangência do SUS. Foram registradas 331 respostas, englobando 69 escolas da cidade. Em relação à pergunta sobre as portas de entrada do SUS, a maioria dos respondentes tem um bom conhecimento sobre caminhos a serem percorridos pelos usuários em caso de necessidades. Já o segundo questionamento, a respeito das atribuições do SUS, demonstrou que as alternativas relacionadas aos Determinantes Sociais de Saúde (DSS) foram menos assinaladas. Dessa forma, pode-se observar que a saúde é encarada predominantemente pela visão biológica, desconsiderando os fatores sociais e econômicos envolvidos.

HEALTH EDUCATION IN BASIC EDUCATION OF SANTA CRUZ DO SUL – RS: TEACHERS AND DIRECTORS KNOWLEDGE ABOUT BRAZILIAN HEALTH SYSTEM

KEYWORDS: Health Education; Health System, Basic Education

ABSTRACT

Health Education consists of constructive knowledge, where health professionals, directors, and practitioners exchange information to promote best health practices. Furthermore, pedagogical approaches are necessary to develop people's autonomy regarding self-care and quality of life improvements. Unfortunately, there isn't a proper understanding of the access and services offered by the Brazilian Health System (SUS). Therefore, this should be included in Basic Education, which is essential in forming critical and reflective thinking. Thus, the research uses quantitative-qualitative and descriptive methods to analyze the director's and professors' answers about the SUS operation from Google Forms questionnaire about the SUS operation and coverage. Respondents work in primary education schools from Santa Cruz do Sul, the Rio Grande do Sul. There were registered 331 answers from 69 schools. We could observe from the first question that most of the interviewed have an excellent knowledge of the paths to be followed by users in case of needs. Although, the second question demonstrated that the respondents don't know entirely about the SUS assignments since most of them ignored that Health

¹ Graduada em Biomedicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

^{2,3,4,5,6,7} Acadêmico do Curso de Medicina na Universidade de Santa Cruz do Sul.

⁸ Graduado em Engenharia da Computação pela Universidade de Santa Cruz do Sul.

⁹ Mestrando em Educação, pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz, Bolsista CNPq

¹⁰ Doutor e docente do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul <camilodarsie@unisc.br>

Social Determinants is an essential component of health. Hence, health is viewed only by your biological aspects, whereas other crucial factors, such as social and economic Components, are disregarded.

1 INTRODUÇÃO

Educação e Saúde são áreas que se complementam, haja vista que, a partir da produção e propagação do conhecimento, pode-se tanto prevenir doenças quanto promover a saúde de maneira ampla (JESUS, 2015). Nesse sentido, emerge como campo de práticas e de estudos a educação em saúde, uma área indispensável e prevista por meio de políticas públicas nacionais, em que profissionais e gestores do campo da saúde bem como população trocam informações e desempenham suas funções visando uma melhor qualidade de vida coletiva. Para tal, é necessário, além de recursos pedagógicos, uma comunicação conjugada, a qual mobilize a participação social e instigue o pensamento reflexivo a respeito dos aspectos que englobam a saúde e as transformações cotidianas necessárias para que se possa desfrutá-la (GONÇALVES et al, 2020).

Apesar dos aprimoramentos no âmbito da Saúde Coletiva, desempenhados, mais atentamente, desde a Reforma Sanitária brasileira, questões relacionadas à saúde ainda são abordadas exclusivamente, na maioria das vezes, a partir da ótica biologicista, desconsiderando os aspectos sociais, econômicos, culturais e psicológicos que envolvem tal assunto. Além disso, propaga-se em meio a população o desconhecimento acerca de como o Sistema Único de Saúde (SUS) funciona. São desconhecidos os seus princípios, sua abrangência em termos de serviços e ações, suas portas de entrada, suas dinâmicas de rede e a intersectorialidade de serviços oferecidos por ele. Essa realidade, por conseguinte, dificulta o acesso democrático ao Sistema, a resolução dos problemas e a promoção da saúde (HAMADA, et al., 2018).

Nesse contexto, é relevante compreender o importante papel da educação básica nesse cenário, já que ela é um dos pilares para a formação plena e integral dos indivíduos. Práticas de educação em saúde coerentes com demandas locais e realizadas de forma dialogada precisam ser desempenhadas, desde este estágio educacional, contando com a participação de estudantes e profissionais. Diante disto, este trabalho tem como objetivo identificar e discutir os conhecimentos dos professores e gestores da educação básica, da cidade de Santa Cruz do Sul, localizada no Vale do Rio Pardo, no estado do Rio Grande do Sul, acerca de temas relacionados à saúde, principalmente no que se refere a sua abrangência e ao seu o acesso, dados os serviços oferecidos pelo SUS.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação em Saúde é um processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população. Consiste num conjunto de práticas que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com profissionais e gestores a fim de alcançar uma atenção de saúde de acordo com as mais diferentes necessidades, após serem constatadas as potencialidades e adversidades de cada comunidade - o que permite maior reflexão da população relativa aos aspectos que constituem suas carências, sendo essencial, portanto, no contexto das políticas públicas (FALKENBERG et al., 2014; BRASIL, 2006).

Ou seja, é uma estratégia ampla, de promoção da saúde, que não se limita a eliminar doenças. É um processo constante e colaborativo que visa melhorar as condições atuais de vida, em diferentes contextos e

experiências. Quando feita de forma ampliada, por meio de políticas públicas e com a reordenação de serviços, para além de meros tratamentos clínicos, engloba práticas pedagógicas que promovem liberdade e princípios democráticos, orientando-se para ações cuja essência está na melhoria da qualidade de vida. Portanto, a Educação em Saúde torna-se efetiva ao oferecer aos indivíduos a capacidade de desenvolverem visões críticas acerca dos problemas que lhes envolvem e de agirem junto com os profissionais para saná-los (RIZZI et al, 2022; DARSIE e WEBER, 2021).

Nesse contexto, as ferramentas que podem ser utilizadas na instrumentalização da educação relativa às práticas de saúde vão desde produtos audiovisuais - como vídeos, músicas, materiais impressos - até atividades lúdicas que demandam participação ativa daqueles com quem são compartilhadas no processo de construção do conhecimento. Tais recursos permitem catalisar o desenvolvimento do saber, configurando-se como alternativas vantajosas em relação aos métodos ortodoxos. Assim, tendo em vista a possibilidade de auxílio de ferramentas adequadas a cada situação, a intervenção educacional torna-se plena à medida que os recursos empregados são capazes de construir novos saberes passíveis de produzir transformações nas realidades desejadas. Dessa forma, a comunicação e a informação emergem como ferramentas fundamentais nesse processo, considerando o contexto pertencente ao indivíduo para tornar efetiva a conversão do diálogo em conhecimento (MEIN et al., 2022).

Ainda, para que a Educação em Saúde ocorra de maneira adequada, é necessária a correlação de três principais agentes: os profissionais de saúde, os gestores e a população. Os primeiros devem promover sua valorização, visando a prevenção, a promoção de saúde e a realização de práticas curativas. Os gestores precisam apoiar os profissionais da saúde e a população deve agir ativamente na construção de conhecimentos que busquem aumentar a sua autonomia nos cuidados individuais e coletivos de saúde. A Educação em Saúde também requer pensamento crítico e reflexivo que permita o conhecimento sobre a realidade apresentada e que proponha ações que levem os indivíduos a serem capazes de opinar a respeito das decisões de saúde (FALKENBERG et al., 2014).

Contudo, na maior parte dos serviços de saúde ocorrem poucas ações coletivas de educação em saúde, priorizando-se os atendimentos individuais com um enfoque biológico e curativo, dadas as demandas e desafios do dia-a-dia dos trabalhadores da área. A Educação em Saúde deveria se voltar, prioritariamente, para espaços coletivos, como, por exemplo, a partir da oferta de grupos educativos, para promover saúde englobando os diversos contextos (sociais, culturais, ambientais, etc.), além de desenvolver uma visão crítica, permitindo desvelar a realidade e propor ações transformadoras que levem o indivíduo à sua autonomia e emancipação como sujeito histórico e social, capaz de propor e opinar nas decisões de saúde para cuidar de si, de sua família e de sua coletividade, conforme preconizado pelos princípios que norteiam o Sistema Único de Saúde (RODRIGUES et al, 2022).

O SUS é o sistema de saúde brasileiro, constitucionalizado em 1988, a partir das discussões desenvolvidas durante a oitava Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, em um contexto de redemocratização do país. O Sistema é norteado por três princípios: universalidade, equidade e integralidade. A universalidade assegura a saúde como um direito, que garante acesso gratuito e universal a todos; a equidade diz respeito a realização de maiores investimentos onde as iniquidades, sejam elas sociais, culturais ou

econômicas, são maiores; a integralidade deve garantir assistência integral à saúde, contemplando todos os níveis de atenção (KOIFMAN, 2006).

O sistema de saúde nacional orienta a organização da saúde em princípios doutrinários e operacionais; desse modo, afirma-se que o desconhecimento populacional acerca da sua sistemática pode ser um empecilho na resolução dos problemas de saúde que o país enfrenta. O conhecimento sobre o SUS, seus propósitos e modo como é organizado pode contribuir para assegurar mais qualidade na sua gestão e funcionamento adequado, atendendo às necessidades de saúde de toda a população brasileira. (HAMADA et al., 2018).

Nesta direção, o entendimento acerca dos princípios que orientam o sistema público de saúde precisam ser conhecidos e compreendidos por profissionais, gestores e população de modo a serem discutidos e aplicados, conforme destacam Darsie et. al. (2021), enquanto direitos aplicados a todos os brasileiros e demais sujeitos que se encontram em território nacional, em lugar da ideia equivocada de que seriam serviços oferecidos assistencialmente para quem não pode custear suas demandas de saúde.

Diante do exposto, os ambientes direcionados à educação básica configuram importantes locais de diálogo e aprendizagem coletiva acerca da saúde. Para além das disciplinas biológicas, tendo em vista os preceitos da Saúde Coletiva, as práticas e discussões escolares desempenhadas pelos professores das mais diversas áreas podem se configurar como importantes ações de educação em saúde (DARSIE e WEBER, 2021).

A Educação Básica (EB) é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Ela é indispensável para o desenvolvimento da capacidade de exercício pleno do direito à cidadania e acesso aos direitos sociais, políticos e civis. A EB pode ser dividida em etapas sequenciais: educação infantil, pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. As políticas educacionais são efetivas quando articuladas a outras políticas públicas de campos como o da saúde, pois elas são dependentes entre si.

Desse modo, pode-se afirmar que a educação escolar comprometida com o conhecimento de todos é um instrumento de promoção de educação com qualidade social e que contribui para diminuir desigualdades históricas da sociedade. Isso se aplica também no campo da saúde, dado que a educação de forma integrada e inclusiva como política pública educacional é ferramenta que contribui para a consolidação da saúde pública no sistema brasileiro. (MOLL, 2013).

Conforme refere Sousa et al. (2017), é importante que, nas escolas, a saúde não seja limitada à proposições biológicas, mas abrangente, em contextos favoráveis à formação crítica individual. É essencial educar cidadãos que compreendem o conceito de saúde e o funcionamento do sistema de saúde nacional. A escola, enquanto espaço que contribui na formação da cidadania, deve proporcionar discussões acerca do funcionamento do SUS em sua totalidade, englobando princípios, diretrizes, organização e desafios, e a saúde deve ser abordada como direito social, para que, assim, a população brasileira conheça seus direitos e os aplique no seu cotidiano, de modo a garantir a qualidade de vida.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa quanti-qualitativa, descritiva, desenvolvida por meio de questionário eletrônico no site Google Forms, articulada ao projeto de pesquisa intitulado: “A produção de sujeitos e espacialidades a partir dos discursos da saúde.” Segundo Knechtel (2014), pesquisas quanti-qualitativas interpretam as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação

participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos. Essa modalidade possibilita analisar estruturalmente o fenômeno com métodos quantitativos e processualmente através de métodos qualitativos (SCHNEIDER et al., 2017). Já as pesquisas descritivas são direcionadas para responderem dúvidas ou questionamentos, a fim de se descrever características de certa população/fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis (EVÊNCIO et al., 2019). Então, a partir dos objetivos deste trabalho, a pergunta norteadora foi: “O quanto os professores e gestores de Santa Cruz do Sul conhecem e entendem a complexa rede que envolve o SUS?”.

Após aprovação no CEP, parecer no. 4.633.443, o link do questionário foi disponibilizado, por meio de e-mails, mensagens de Whatsapp e redes sociais, para os gestores e professores de escolas municipais, estaduais e privadas de educação básica, Ensinos Fundamental e Médio. O questionário foi estruturado de modo a captar dados dos participantes, relativos a gênero, idade, formação e local de trabalho, Além disso, apresentou 14 perguntas de múltipla escolha e/ou descritivas, as quais permitiam a marcação de uma alternativa ou mais. A organização das questões foi feita em 3 blocos: 1) Entendimento sobre o uso do Sistema Único de Saúde; 2) Entendimento sobre Educação para/em Saúde; 3) Como é trabalhada a Educação para/em Saúde em sala de aula?, sendo apenas o primeiro bloco de perguntas utilizado neste texto.

Vale ser ressaltado que, em função do momento em que a pesquisa foi desenvolvida, em meio à pandemia de Covid-19, foi necessário que as autorizações da Secretaria Municipal de Educação, Coordenadoria Estadual de Educação e das direções das escolas privadas tenham sido negociadas por meio de contatos telefônicos e/ou documentos eletrônicos. Ainda, de modo a estimular os respondentes, foram feitos diversos contatos com as instituições de ensino, por meio das mesmas ferramentas de comunicação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário foi respondido por 331 professores e gestores da educação básica, distribuídos por 69 escolas, do município de Santa Cruz do Sul. Destas, 19 escolas públicas estaduais, 45 escolas públicas municipais e 5 escolas particulares. Houve, ainda, a participação de 18 profissionais docentes que preferiram não informar as instituições de ensino nas quais trabalham. Entretanto, não houve aderência ao questionário por parte de 23 instituições. Destas, 22 públicas municipais, direcionadas à educação infantil e 1 privada, que conta com todos os níveis de ensino. Pode-se afirmar, portanto, que professores e gestores de 46 escolas participaram de forma ativa na pesquisa.

Os entrevistados possuíam idades, principalmente, entre 40-49 anos (31,2%), 50-59 anos (27,3%), 30-39 anos (23,4%). Eram predominantemente do sexo feminino (84,1%), contra 15,9% do sexo masculino. Majoritariamente, declararam-se de cor/raça branca (91,6%), seguidos daqueles de cor/raça parda (6%) e cor/raça preta (2,1%). Dentre a formação profissional, houve maior índice de respostas de profissionais da Pedagogia, em atuação na Educação Infantil (18,3%). Os dados etários alinham-se às informações apresentadas pelo Inep, por meio do Censo Escolar, que encontram-se organizadas e divulgadas graficamente no portal GeoSaúde (MARTINI e DARSIE, 2021). Além disso, no que se refere aos índices associados ao gênero e à cor da pele declarados pelos respondentes, Paes (2021) argumenta que a predominância de mulheres na rede de ensino de Santa Cruz do Sul, conflui com a história da educação brasileira. Ainda, a autora aponta que devido à colonização alemã, que originou o município, ainda nos dias de hoje, apesar do grande número de meninas e

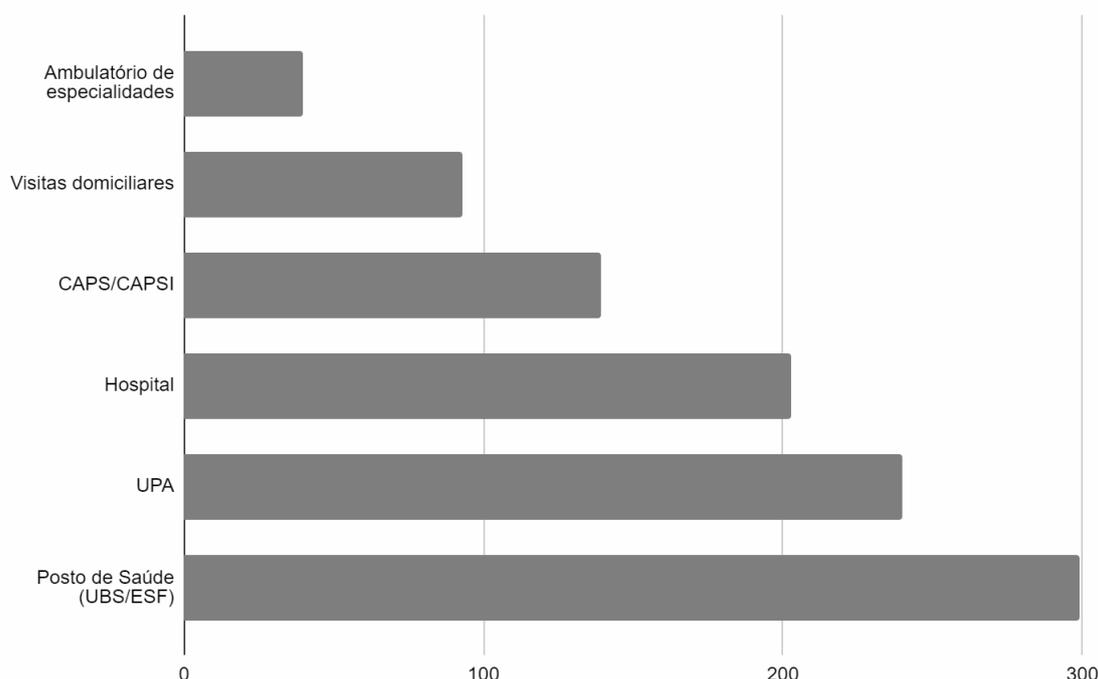
mulheres negras que vivem na cidade, poucas são as professoras negras que atuam na educação básica do município.

Nesta direção, entende-se que um primeiro sinal de alerta é acionado, pois no que se refere aos preceitos da Educação em Saúde, as demandas dos grupos com os quais se trabalha são relevantes, entre eles a questão racial. Deste modo, destaca-se que, conforme apontado por Dantas et al. (2019), é comum que ocorram situações de preconceito no que se refere aos serviços de saúde. Porém, o SUS intenta garantir a igualdade e a efetivação do direito à saúde de negras e negros, partindo do reconhecimento do racismo como determinante social das condições de saúde.

A Educação em Saúde, no contexto da educação básica, representa uma importante estratégia de reconhecimento de diferentes sujeitos e, principalmente, de suas demandas sociais e de saúde. Não se trata de apontar maiores ou menores capacidades de abordagem sobre determinados temas, tendo em vista o perfil dos docentes e gestores que responderam à pesquisa. Em outra direção, destaca-se a importância de compreensão acerca dos princípios norteadores do campo educacional e dos problemas que envolvem a questão racial no país, enquanto recursos potentes no que se refere às práticas e diálogos relacionados à saúde nas escolas do município.

Para mensurar o conhecimento dos professores acerca do entendimento sobre o SUS, foram feitas duas perguntas de múltipla escolha: “Quais alternativas apresentam as portas de entrada para o SUS? Por onde as pessoas acessam o sistema de saúde?”. Dentre as alternativas representadas no gráfico 1, a mais marcada foi “posto de saúde (UBS/ESF)”, com 90%, seguida de “UPA” com 72,2% e “hospital” com 61%. As alternativas menos selecionadas foram “clínica particular”, “ambulatório de especialidades” e “visitas domiciliares”, com 5,1%, 12,4% e 28,1%, respectivamente.

Gráfico 1: Representação da frequência das respostas relativas à pergunta: “Quais alternativas apresentam as portas de entrada para o SUS? Por onde as pessoas acessam o sistema de saúde?”



Tais respostas convergem com um importante fator a ser considerado no que tange a Educação em saúde, qual seja, os caminhos a serem percorridos pelos usuários em caso de necessidades e a relevância da Atenção Básica para o adequado funcionamento do sistema e da saúde em geral. Partindo disso, entende-se que ao ser identificado que a maioria dos professores e gestores que responderam ao questionário, conhecem as portas de entrada da rede de atenção, boas práticas e diálogos podem ser desenvolvidos junto aos estudantes, em diferentes área do conhecimento, como forma de garantir melhores condições de saúde Além disso, é a partir desta possibilidade que podem emergir relatos e demandas relativas às reais dificuldades enfrentadas por diferentes grupos, o que pode levar ao desenvolvimento de reflexões críticas e práticas transformadoras. No que se refere às visitas domiciliares, emerge um importante ponto de atenção. É necessário que profissionais da educação básica, estudantes e familiares conheçam a importância de tal prática para maior compreensão acerca do funcionamento da rede de saúde no Brasil.

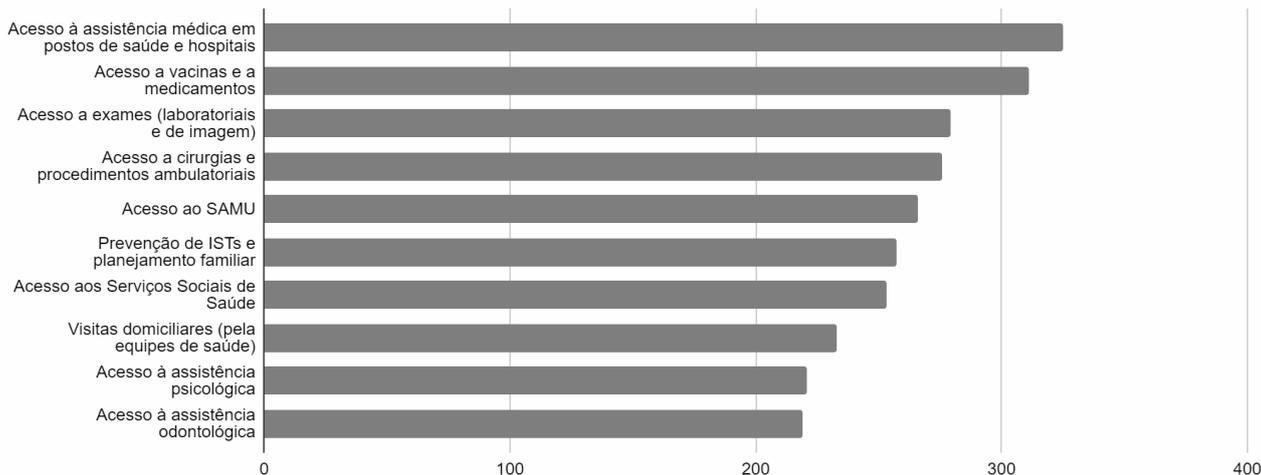
De acordo com Marsiglia (2012), alguns dos desafios que envolvem a população de usuários do SUS, no âmbito da Atenção Básica são:

a não aceitação daquele nível de atenção, valorização da incorporação de tecnologia e especialização, não aceitação do atendimento realizado por outros profissionais, que não médicos. Não aceitação das visitas domiciliares, sensação de invasão de sua privacidade, especialmente de famílias pertencentes às camadas médias, que possuem convênios e têm acesso ao Sistema Suplementar de Atenção; não planejamento democrático, cumprimento de programas verticais, não adequação das propostas às particularidades do território e da população que ali vive ou trabalha (2012, p. 322).

Além do entendimento sobre as portas de entrada que o SUS possui, foi questionado sobre as áreas que o sistema abrange e das quais depende, tendo em vista o entendimento ampliado de saúde, com a seguinte questão: “Marque as alternativas que você considera que envolvem o SUS”. A alternativa mais selecionada, por

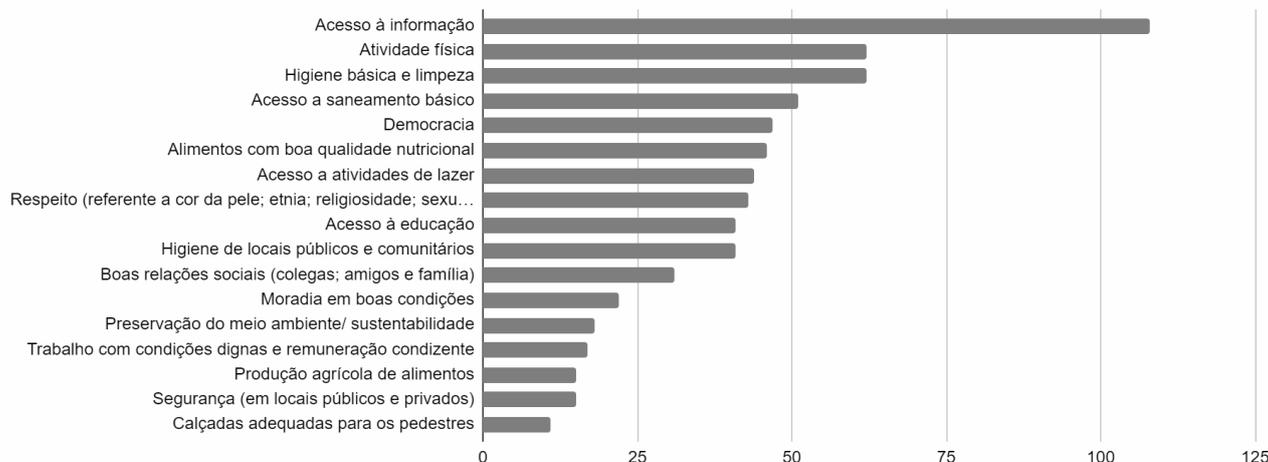
324 pessoas, foi “acesso à assistência médica em postos de saúde e hospitais “ e a menos foi “ruas calçadas/pavimentadas no bairro”, por 7 pessoas. Pode-se observar, conforme gráfico 2, uma maior porcentagem nas respostas que envolviam as ramificações biológicas, especialmente as popularmente relacionadas à Medicina, como “acesso à vacinas e medicamentos” (93,7%), “acesso a exames (laboratoriais e de imagem)” (84,3%) e “acesso a cirurgias e procedimentos ambulatoriais” (83,1%).

Gráfico 2: Primeira parte da representação da frequência das respostas relativas à questão: “Marque as alternativas que você considera que envolvem o SUS”.



Já as alternativas que o envolvem indiretamente, mas que são importantes preocupações do Sistema, reconhecidas como Determinantes Sociais de Saúde (DSS), representadas no gráfico 3, foram as que contaram com menor número de seleção, tais como: “calçadas adequadas para os pedestres” (3,3%), “segurança (em locais públicos e privados)” e “trabalho com condições dignas e remuneração condizente” (5,1%).”

Gráfico 3: Segunda parte da representação da frequência das respostas relativas à questão: “Marque as alternativas que você considera que envolvem o SUS”.



Nesse contexto, com os resultados apresentados, pode-se perceber que os entendimentos dos professores ainda associam a temática da saúde apenas aos seus aspectos biológicos, relacionados à doença, sem levar em conta todas as demais dimensões que a saúde engloba. Esse processo de “biologização da saúde” reflete o modelo biomédico que entrou em vigência no século XIX, centralizando o conceito de saúde somente no que diz respeito às ações médicas, numa espécie de paternalismo médico. Tal forma de atuação, no entanto, dificulta ou até mesmo impossibilita o oferecimento de respostas conclusivas ou satisfatórias para muitos problemas ou, para componentes psicológicos ou subjetivos que acompanham, em graus maior ou menor, qualquer doença (BARROS, 2002).

Esse modelo, apesar de ainda enraizado no imaginário dos indivíduos, vem sendo substituído, desde 1977, pelo modelo biopsicossocial, o qual conta com uma abordagem multidisciplinar, compreendendo as dimensões biológicas, psicológicas e sociais de um indivíduo, observando-se, no século XX um embate crescente entre ambos. Dentro do modelo biopsicossocial podemos enquadrar os DSS, os quais vêm tendo sua importância reconhecida ao longo da história (BUSS, 2007).

O principal desafio sobre as relações entre os DSS e a saúde consiste em estabelecer uma hierarquia de determinações entre os fatores mais gerais de natureza social, econômica, política e as mediações através das quais esses fatores incidem sobre a situação de saúde de grupos e pessoas, já que a relação de determinação não é uma simples relação direta de causa e efeito (BUSS, 2007). É essa relação indireta que não faz com que pessoas associem opções como “calçadas adequadas para pedestres”, dentre outras, como fazendo parte, sim, do contexto global da saúde e que, no contexto escolar, seja deixada de lado quando trata-se da temática da saúde.

A educação básica deve ser um dos meios de informação para a população acerca do Sistema Único de Saúde, suas portas de entrada e suas abrangências. No entanto, como demonstrado nos resultados acima, muitos dos educadores não reconhecem toda essa abrangência, assim propagando a ideia de que o SUS se restringe apenas aos aspectos biológicos, centrados na doença e descolados dos processos democráticos de promoção da qualidade de vida.

Para melhorar tal cenário é necessário uma formação direcionada e uma abordagem no cotidiano escolar, assim, a educação em saúde - formação desses profissionais, até mesmo na própria licenciatura - é necessária para melhorar a educação em saúde - educação popular - aproveitando a escola como campo para tal. Tais medidas trariam um benefício a longo e médio prazo, principalmente através do empoderamento da população no que tange a saúde.

5 CONCLUSÃO

Tendo em vista que a educação em saúde visa desenvolver conhecimento e senso crítico, trabalhando o indivíduo como um todo, pode-se afirmar que o entendimento sobre a abrangência do tema está limitado por parte da maioria dos professores e gestores questionados. Grande parte dos educadores entende que a educação em saúde se relaciona apenas às questões biológicas, desconsiderando os fatores sociais e econômicos intrínsecos à saúde.

Além disso, existe uma percepção rasa sobre como abordar o tema no cotidiano escolar. Os funcionários da educação apresentam uma formação limitada sobre os assuntos relacionados aos determinantes de saúde e, a partir disso, cria-se uma população com acesso restrito à completude do sistema nacional de saúde.

Dessa forma, a escola, como órgão formador de sujeitos, deve englobar disciplinas capazes de discutir o SUS em sua totalidade, abordando suas diretrizes, funcionamento e abrangência. Aliado a isso, faz-se necessária políticas públicas direcionadas à formação de profissionais de educação munidos de conhecimento acerca da completude do SUS, de forma que discutam em suas aulas todas as facetas do sistema, expondo tanto suas questões biológicas como sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS

- BARROS, J. A. C. Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico? São Paulo: Saúde e Sociedade, 11(1):67-84, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde . Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde. Brasília: MS; 2006.
- BUSS, Paulo Marchiori; FILHO, Alberto Pellegrini. A saúde e seus determinantes sociais. Rio de Janeiro: Rev. Saúde Coletiva, 17(1):77-93, 2007.
- COSTA, Gabriela Maria Cavalcanti., et al. Promoção de saúde nas escolas na perspectiva de professores do ensino fundamental. Goiânia: Rev. Eletrônica de Enfermagem, 15(2):506-15, 2013.
- DANTAS, M.N.P.; AIQUOC, K.M.; SANTOS, E.G.O.; SILVA, M.F.S.; SOUZA, D.L.B., MEDEIROS, N.B.M.; et al. Prevalência e fatores associados à discriminação racial percebida nos serviços de saúde do Brasil. Rev. Brasileira de Promoção da Saúde. 2019; 32:9764.
- DARSIE, C. TOSTA, G. F. ; MARTINI, P. L. ; SOMAVILLA, V. E. C. ; LIMBERGER, V. A Covid-19, o Sistema Único de Saúde e o difícil enfrentamento da doença no Brasil. In: CRUZ, L. R. da; HILLESHEIM, B.; EICHEHERR, L. M. (Orgs.) Interrogações às políticas públicas sobre travessias e tessituras do pesquisar. 1ed. Santa Cruz do Sul -RS: Edunisc, 2021, v. 1, p. 177-197.
- DARSIE, C.; WEBER, D. L. . Geografia da Saúde e Educação Básica: um panorama. In: PAIM, Robson Olivino; PEREIRA, Ana Maria de Oliveira; COPATTI, Carina; GENGNAGEL, Claudionei Lucimar. (Orgs.). Geografias que fazemos: educação geográfica em diferentes contextos (Coleção: Percursos de educação geográfica). 1ed.Curitiba-PR: Editora CRV, 2021, v. 2, p. 189-198.
- EVÊNCIO, K. M. M, et al. Dos Tipos de Conhecimento às Pesquisas Qualitativas em Educação; Id on Line Rev. Mult. Psic. V.13, N. 47, p. 440-452, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/2105/3133>. Acesso em 9 mar. 2022.
- FALKENBERG, M. B.; MENDES, T. de P. L.; MORAES, E. P. de; SOUZA, E. M. de. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. Ciência & Saúde Coletiva. 2014, v. 19, n. 03, pp. 847-852. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.01572013>. Acesso em 9 mar. 2022.
- GONÇALVES, R.S. et al. Educação em saúde como estratégia de prevenção e promoção da saúde de uma unidade básica de saúde. Curitiba: Rev. Braz. J. Hea., v. 3, n. 3, p. 5811-5817, 2020.
- HAMADA, R. K. F. et al. Conhecendo o Sistema Único de Saúde: um olhar da população. Rev. APS. 21 (4):504-515, 2018.
- JESUS, S. J. A. O papel da Educação em Saúde frente às implicações da atenção básica: do profissional à comunidade. Feira de Santana: Rev Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia, v. 2, n. 7, 2015.

KOIFMAN, L. Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Trabalho, Educação e Saúde, v. 4 n. 2, p. 467-474, 2006.

KNECHTEL, M. do R. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8846/5197>. Acesso em 9 mar. 2022.

LIMA, Nísia Trindade; et al. Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. Editora FIOCRUZ, 2015.

MARSIGLIA, R. M. G.. Universalização do acesso ao Sistema Único de Saúde no Brasil: desafios para a Atenção Primária à Saúde. Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional, 20 (3), 2012. Disponível em:

<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/676>. Acesso em 10 mar. 2022.

MEIN, L. F.; et al. Práticas de Educação para Saúde no meio rural: uma análise do projeto “Vida e Saúde no Campo: tecnologias educativas despertando consciência”. In: DARSIE, C.; HILLESHEIM, B.; SOMAVILLA, V. E. C. Formação em Saúde: olhares sobre práticas educativas. Santa Maria: Arco Editores, 2022

MOLL, J. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

PAES, S. E. A invisibilidade das professoras negras nas instituições de educação básica de Santa Cruz do Sul – RS e a questão dos territórios e territorialidades. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2021.

RIZZI, L. S.; WEISS, J. C.; BEHLING, S. B. HIV e AIDS: Educação em Saúde a serviço da qualidade de vida. In: DARSIE, C.; HILLESHEIM, B.; SOMAVILLA, V. E. C. Formação em Saúde: olhares sobre práticas educativas. Santa Maria: Arco Editores, 2022.

RODRIGUES, B. V.; OLIVEIRA, J. F.; FONSECA, L. S. YouTube e Educação em Saúde: utilização do canal Drugslab como uma ação de educação em saúde voltada para adolescentes. In: DARSIE, C.; HILLESHEIM, B.; SOMAVILLA, V. E. C. Formação em Saúde: olhares sobre práticas educativas. Santa Maria: Arco Editores, 2022

SCHNEIDER, E. M. et al Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. São Paulo: Revista Pesquisa Qualitativa, v. 5, n. 9, 2017. Disponível em:

<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/157/100>. Acesso em 9 mar. 2022.

SILVA, Rubia Patrícia Noronha da, et al. Concepções de Professores sobre os processos de Educação em Saúde no Contexto Escolar. Ijuí: Contexto e Educação, v. 103, p. 146-164, 2017.

SOUSA, M.; GUIMARÃES, A. O ensino da saúde na educação básica: desafios e possibilidades. Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/46412>. Acessado em: 9 de março de 2022.